



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA DA FAMÍLIA E SUCESSÕES**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

### SENTENÇA

Processo nº: **1000901-72.2018.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor**  
 Requerente: **Neusa Maria Simiao**  
 Requerido: **Manoel Levino Simiao**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Caio Cesar Melluso**

Vistos.

Trata-se de ação de caráter voluntário em que a parte autora solicita expedição de alvará para levantamento de saldo do PIS a que fazia jus o falecido, Manoel Levino Simião, (genitor da requerente), PIS nº 107.87968.54.1.

Consoante se extrai da interpretação dos artigos 1º, da Lei nº 6.858/80, e 112, da Lei nº 8.213/91, o valor não recebido em vida pelo segurado, no âmbito da Previdência Social, será destinado em quotas iguais aos dependentes habilitados perante o órgão administrativo ou na forma da legislação específica dos servidores civis e militares. Não havendo dependentes habilitados, os valores devem ser destinados aos sucessores previstos na lei civil, independentemente de inventário ou arrolamento.

No caso dos autos, o óbito e a existência do valor a ser recebido foram comprovados, não há dependentes habilitados perante a Previdência Social e a autora comprovou a anuência dos demais herdeiros.

Acolho o pedido, **AUTORIZANDO** a autora, Neusa Maria Simião, representado CPF nº 33.104.089-49, a proceder, junto aos órgãos competentes, o levantamento dos valores não recebidos em vida pelo falecido, Manoel Levino Cimião, CPF nº 33.104.089-49, referente ao saldo do PIS nº 107.87968.54.1, **reservando-se o depósito judicial da cota dos menores Gabriel e João Emanuel, 1/56 de cada um.**

Em consequência, julgo extinta a ação, com resolução de mérito, nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil.

Custas pela parte autora e sem condenação em honorários de sucumbência, em razão do caráter voluntário da ação, observando-se a concessão da gratuidade.

**Expeça-se o alvará** nos termos acima delineados, com prazo de 90 dias.

**Consigno que deverá a parte relativa aos menores (1/56 de cada) ser mantida em conta judicial, podendo o valor ser levantado apenas com autorização judicial, mediante demonstração do interesse e da necessidade dos menores ou quando completarem 18 anos.**

Ciência ao Ministério Público.

**1000901-72.2018.8.26.0566 - lauda 1**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
COMARCA DE SÃO CARLOS  
FORO DE SÃO CARLOS  
2ª VARA DA FAMÍLIA E SUCESSÕES  
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Após o trânsito em julgado da sentença, expeça-se alvará e, em seguida, cumpridas as formalidades legais, remetam-se os autos ao arquivo.

**P. I.C.**

São Carlos, 02 de outubro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**